**Fórum Económico Internacional**

**Intervenção de Vítor Ramalho, Madeira 23.06.2023**

É com muito gosto que me associo ao Fórum Económico Internacional, iniciativa indissociável da Dra. Isabelle de Oliveira, agradecendo-lhe o convite que me dirigiu, como Secretário-geral da UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

Impedimento de última hora inviabilizou-me o prazer de estar presente, mas não poderia deixar de me fazer representar na pessoa do Arqt. Carlos Brito, que lerá a presente mensagem, acedendo com generosa humildade ao que lhe solicitei.

O presente Fórum Internacional ocorre na paradisíaca Ilha da Madeira que, com os Açores, as Ilhas Canárias e Cabo Verde, integram a macaronésia, região atlântica com invulgar posição geoestratégica e económica.

A singularidade da Madeira, Canárias e Açores beneficiarem de serem regiões com governos autónomos, integrados em dois países pertencentes à União Europeia, legitimam os apoios à insularidade que lhes têm sido atribuídos pela U.E. e a comumente reconhecida boa governação de Cabo Verde, tem conduzido este país irmão à outorga de acordos, também tão singulares, com a U.E.

Registo o que foi assinado com a U.E. para a estabilização do escudo cabo-verdiano, na relação com o euro.

As minhas primeiras palavras vão, portanto, para a Madeira e para a macaronésia.

Ao saudar a Madeira, saúdo os membros das instituições representativas, desde logo do governo autónomo e ainda todos os participantes.

O aprofundamento do espaço lusófono, na vertente da cooperação económica, sem excluir as demais, nomeadamente no domínio cultural, promovendo trocas de ideias e de experiencias, tem neste Fórum também presente as relações com a francofonia.

São domínios caros à instituição de que sou Secretário-geral, a UCCLA.

A UCCLA tem hoje em execução projetos apoiados pela U.E. e Instituto Camões em Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste e outros que autonomamente prossegue em Cabo Verde, São Tomé e Principie e Angola.

Assegura ainda a presidência da Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa da CPLP e no domínio cultural são incontáveis as atividades que desenvolve em interação com as cerca de 60 cidades de todos os países de língua portuguesa suas associadas e as 20 empresas apoiantes.

Neste mundo, hoje tão incerto e em gestação para uma nova realidade geoestratégica, é útil termos presente o significado da lusofonia e a sua importância.

Todos os nossos países fazem fronteira com o mar, por onde circulam mais de 90% dos bens comercializados, com plataformas continentais e zonas exclusivas com riquezas imensas em todos eles.

O português é uma das línguas mais faladas à escala planetária, uma das mais importantes das redes sociais e a primeira do Atlântico Sul.

Que potencialidades se as quisermos e soubermos aprofundar!

Perante o novo mundo que aí vem, a realidade não pode deixar de estar presente, colocando a política antes da economia porque esta, como se está a ver, foi sempre um instrumento daquela e não um fim em si.

Pensar nestes termos implica pensar nos problemas prioritários que respeitam à humanidade e à preservação da vida, atendendo às alterações climáticas que afetam também a produção de bens alimentares, concorrendo para o aumento dos preços.

Acresce que nestes termos e na U.E., a que Portugal pertence há que presente o impacto imediato causado pela pandemia da Covid-19, em que a U.E. se viu confrontada evidenciando carências carências elementares, como máscaras de proteção individual e equipamentos médicos como sejam ventiladores.

Significa ainda haver a consciência de que a política seguida pela U.E., “pacifista e indolente”, antes da guerra da invasão da Ucrânia pela Rússia, deu lugar à consciência da total dependência energética de terceiros, constatando a fragilidade na sua defesa.

Dir-se-á que estas questões ultrapassam o que é prioritário para os países de língua oficial portuguesa.

Ainda que se possa questionar esta conclusão, os nossos países integram-se em espaços supranacionais e neles podem e devem intervir ativamente, com voz própria.

Sendo inquestionável o peso dos importantes indicadores acima referidos nesses países e tendo presente a nova realidade, importa reforçar a estratégia comum.

Essa estratégia parece dever ter como vetores, antes de mais, o direito da pertença dos cidadãos à CPLP.

Daí a importância que deve ser dada à mobilidade dos empresários de língua portuguesa que investem noutros países da mesma língua, facilitando-a, porque são eles que criam riqueza, bem como dos investigadores e cientistas que privilegiem universidades e institutos de ponta, também homens e mulheres da cultura, impulsionando uma nova dinâmica de entreajuda e cooperação.

A História comum dos povos, como a que respeitou à luta solidária contra o regime ditatorial, que viria a dar causa às independências e à reconquista da liberdade em Portugal, não pode ser descurada.

A UCCLA tem tido esta preocupação, reeditando pela primeira vez as obras mais significativas que os jovens entretanto provenientes das ex-colónias portuguesas que prosseguiam os estudos universitários em Portugal, por ausência de universidades nas ex-colónias, publicaram na Casa dos Estudantes do Império, encerrada pela polícia política, em 1965, e que havia sido criada pelo regime ditatorial em 1943.

Em 2024, ano em que se comemoram os cinquenta anos do 25 de Abril, é um bom momento para refletir nestes objetivos comuns, bem como iniciarmos a sua materialização.

Claro que há o fator económico, também ele a carecer de uma estratégia que beneficie a conjugação de esforços e com eles de capital para projetos comuns ou que os sirvam.

A alienação do capital em Portugal, de grande parte das empresas públicas estratégicas, altamente lucrativas, condicionou a intervenção dos poderes públicos em setores relevantíssimos de cooperação por ter deixado de ter deles o domínio, domínio esse que também afetou o sector bancário.

Assim, tal como a U.E. se apercebeu tardiamente, sobretudo após a invasão da Ucrânia, da necessidade da sua própria reindustrialização, também é necessário que coletivamente saibamos equacionar ao nível dos nossos países e no seu conjunto, este mesmo objetivo, de par com a resposta à diminuição demográfica em Portugal.

No mais há que contar com as PME’s porque são elas que têm proximidade com a realidade, contribuindo para reforço da cooperação no setor primário da economia, com vista à autossustentabilidade, sobretudo dos países africanos.

Quanto ao ao Brasil, celeiro do mundo e da Amazónia, imprescindível no combate à fome e às alterações climáticas, há ainda que ter presente a importância da sua armada para defesa do Atlântico Sul e em particular de África, a interlocução com a América Latina, aproveitando ao triângulo com África e com a U.E. e a que Portugal pertence.

Por fim, a distância de Timor nunca deixou que os demais países afetassem a solidariedade que lhe é devida.

Por fim, neste mundo multipolar, as relações devem ser diversificadas, tendo presente as experiências dolorosas da dependência excessiva das superpotências existentes do mundo bipolar que não existe mais.

Muito obrigado

Vítor Ramalho

(Secretário-geral da UCCLA)